

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.857 - SP (2019/0101998-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : WILMA DA SILVA CAMPOS
ADVOGADO : HENRIQUE ANTÔNIO PATARELLO - SP114949
AGRAVADO : AUGUSTO TADEU CARDOSO
ADVOGADO : ADAUTO CARDOSO MARTINS - SP217297
INTERES. : JOAO PIRES NETO
INTERES. : EUNICE DIAS PIRES - CURADOR
INTERES. : AMILCAR PIRES
INTERES. : MARCELLO EDGARD PEDROSA
INTERES. : MARIA SILVIA HERMETO PEDROSA
INTERES. : STELLA MARIA PEDROSA TRUFFI
INTERES. : LUCILA HERMETO PEDROSA
INTERES. : LAERTE TRUFFI

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) ausência de demonstração de afronta aos artigos arrolados e (b) aplicação da Súmula n. 7 do STJ.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 443):

USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA - Co-proprietária com pretensão de usucapir imóvel, ao fundamento de posse exclusiva, afastando o direito do outro condômino, ex-marido - Falta de prova de exercício de posse com exteriorização do *animus domini* e de forma inequívoca em relação ao outro proprietário - Improcedência da ação - Sentença incensurável - Pretensão de remessa dos autos ao juízo competente para apreciar o pedido subsidiário de cobrança de parcelas do financiamento e IPTU - Impossibilidade - RECURSO DESPROVIDO.

O recurso especial (e-STJ fls. 449/457), fundamentado no art. 105, inc. III, alínea "a", da CF, apontou ofensa ao § 3º do art. 64 do CPC/2015.

Segundo a recorrente, "Ao não acolher a pretensão reformatória da recorrente, quanto ao pedido alternativo de cobrança, para a remessa do processo ao egrégio Juízo competente para conhecer e julgar o pedido sucessivo de cobrança o venerando acórdão de fls. 352/356 violou o texto do artigo 64, § 3º, do Código de Processo Civil" (e-STJ fl. 455).

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 473/483).

O agravo (e-STJ fls. 489/494) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 497/510).

É o relatório.

Decido.

Entendeu o acórdão recorrido que (e-STJ fls. 445/446):

Por fim, o pedido de remessa dos autos ao juízo competente para julgar o pedido de

Superior Tribunal de Justiça

cobrança, não pode ser acolhido, pois o art. 64, §3º, do CPC, trata das hipóteses de incompetência absoluta ou relativa, nas quais se tenta preservar ao máximo os atos processuais já praticados.

No caso concreto, o juízo *a quo* era competente para apreciar um dos pedidos, não possuindo aplicação, pois o indigitado artigo.

Entretanto, a parte recorrente não impugnou a fundamentação do acórdão recorrido de o magistrado de origem o juízo era competente para apreciar um dos pedidos, o que firmava sua competência.

Apresentada a questão nesses termos, conclui-se que o recurso encontra óbice na Súmula n. 283 do STF.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor do patrono da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator